



INFORMATIVO DE WASHINGTON



Confederação Nacional da Indústria

CNI. A FORÇA DO BRASIL INDÚSTRIA

Em 2016, Obama buscará avançar nas relações com Cuba, TPP e TTIP

Obama tem menos de 400 dias no comando da administração dos Estados Unidos. No conturbado ano eleitoral que se inicia, o presidente indica que deverá priorizar o estreitamento das relações comerciais com Cuba, a ratificação da Parceria Transpacífica (TPP) e a conclusão da negociação da Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimentos (TTIP).

Desafios nos próximos passos da negociação com Cuba. É esperado que Obama utilize decretos do Executivo para empurrar mais medidas que eliminem as restrições históricas ao comércio entre EUA e Cuba. No ano passado, medidas da administração implementadas pelo Tesouro e pelo Departamento de Comércio conseguiram desbloquear diversas restrições para ampliação dos investimentos e das relações comerciais com Cuba. Visitas dos Secretários de Agricultura e da Secretária de Comércio dos EUA também foram frequentes e contribuíram para manutenção dos canais de diálogos abertos com a ilha. Neste semestre, os Estados Unidos buscarão finalizar o acordo de aviação civil com Cuba, permitindo o estabelecimento de uma grade de voos para servir as rotas entre os dois países. Os próximos passos são mais desafiantes: Obama reclamará quase US\$ 2 bilhões em propriedades e ativos confiscados pelo governo de Fidel Castro. Esse passo é uma importante etapa para que o Congresso americano aceite suspender o embargo à ilha. Segundo cálculo do governo de Cuba, os EUA causaram danos à ilha que passam de US\$ 100 bilhões em decorrência do embargo.

TPP rumo a ratificação. A administração Obama deverá reforçar o lobby no Congresso para a ratificação do acordo. As expectativas até o momento são otimistas, mas acredita-se que os votos para ratificação da TPP terão margem apertada. Há especial atenção sobre os capítulos que tratam o setor farmacêutico (remédios biológicos), tabaco e serviços financeiros. O lobby do setor empresarial americano não descarta pedir uma pequena “renegociação” do acordo nesses temas mais controversos antes da ratificação. Essas pequenas “renegociações” já ocorreram em acordos no passado e poderão ser uma saída para ampliar o consenso sobre texto final negociado no Congresso americano. A previsão de votação do acordo assinado da TPP no Congresso não tem data certa. Os apoiadores da ratificação do texto atual estão mirando a janela entre maio e julho, mas há possibilidade de a administração forçar um atraso nesse cronograma no sentido de fazer a votação após as eleições para que o resultado da votação não seja influenciado pelo debate eleitoral.

Parceria Transatlântica sobre Comércio e Investimentos (TTIP) sem previsão de conclusão. Apesar do rápido avanço observado em 2015 nas negociações da TTIP, o ano fechou com o consenso entre EUA e UE de que o acordo não deveria resultar em uma “TTIP light”. Para respeitar o nível de ambição que ambos lados buscam não se descarta a possibilidade de a negociação da TTIP se estender até o final do ano. O objetivo da administração Obama é concluir o acordo em 2016. Em 2017, os EUA estarão focados em colocar um novo gabinete executivo em operação e o calendário eleitoral da Alemanha e da França. Com o extenso trabalho que os grupos negociadores ainda têm pela frente, o cronograma que se apresenta é desafiador. Entre os temas sensíveis, destacam-se: indicações geográficas, certas tarifas agrícolas e sensibilidades nas áreas de compras governamentais e serviços financeiros. A UE busca garantir exceções para carne bovina, açúcar, frango e suínos. Segurança alimentar também se destaca como tema de divergências entre as duas partes.



Projeto de lei sobre legislação aduaneira deve ser assinado em breve

Câmara e Senado chegaram a um consenso sobre o Trade Facilitation and [Trade Enforcement Act of 2015](#), projeto de lei que deve ser votado na Câmara de Representantes e seguir para assinatura em breve. O H.R.644 reforça uma série de regulamentações aduaneiras, inclusive mecanismos de defesa comercial dos Estados Unidos.

Uma grande discussão foi aberta entre democratas e republicanos a respeito de disposições sobre ações do governo para penalizar importações que

foram objeto de manipulação cambial. O texto que prevaleceu foi o defendido pela Casa Branca, que apenas orienta o presidente dos Estados Unidos a dialogar e atuar em consulta com os países que praticam câmbios artificialmente desvalorizados para ganhar maior competitividade em outros mercados.

O texto de consenso entre Senado e Câmara ficou para votação em janeiro, mas ainda não tem data marcada para ir para plenária.

Comissão Conjunta de Comércio EUA-China

Em novembro, a Secretária de Comércio, Penny Pritzker, e o Representante Comercial dos EUA, Michael Froman, lideraram a delegação em Guangzhou para a 26ª sessão da Comissão Conjunta de Comércio EUA-China (JCCT, sigla em inglês). A reunião também contou com a presença do Secretário de Agricultura, Tom Vilsack. O Vice Premier Wang Yang e outras autoridades representaram o lado chinês.

Em 2014, o JCCT foi remodelado para ser um espaço de diálogo que melhor refletisse a escala e o dinamismo da relação entre EUA e China. Na conclusão das discussões da 26ª sessão, os Estados Unidos [anunciaram resultados importantes sobre direitos de propriedade intelectual, setor farmacêutico, política de concorrência e tecnologia](#). Um dos pontos de consenso foi iniciar um diálogo em 2016 sobre a capacidade de produção e oferta excessiva de aço, que tem afetado o mercado mundial do setor e prejudicado produtores nos EUA.

EPA publica versão final sobre os limites anuais para combustíveis renováveis

A Agência de Proteção Ambiental (EPA) dos EUA publicou a [versão final do Renewable Fuel Standards \(RFS\)](#), regulamentação que estabelece os volumes e percentuais de combustíveis renováveis no mercado americano. A regulamentação estabelece os volumes para os anos de 2014, 2015 e 2016 para biocombustíveis de celulose, diesel de biomassa e biocombustíveis avançados. A EPA também finalizou os requisitos de volume de diesel à base de biomassa para 2017.

A versão final da regulamentação considerou comentários públicos recebidos pelo EPA sobre a proposta e incorpora dados atualizados. O EPA está finalizando as normas de 2014 e 2015 dos níveis que refletem a quantidade real de biocombustível doméstico usado nestes anos, e padrões para 2016 (e 2017 para o biodiesel), que representam um crescimento significativo em relação aos níveis históricos.

De acordo com a Agência, os requisitos finais vão aumentar a produção de combustíveis renováveis e proporcionar um crescimento robusto da indústria de biocombustíveis.

Mandato de operação do *Ex-Im Bank* é renovado, mas enfrenta dificuldades para operar financiamentos de mais de US\$ 10 milhões

Após meses de discussão, a lei sobre renova o financiamento de infraestrutura rodoviária dos EUA é aprovada e insere também a renovação do mandato do *Export-Import Bank* dos Estados Unidos, que teve suas operações parcialmente suspensas desde o início do mês de julho deste ano.

Apesar da renovação da autorização para funcionamento, o *Exim* tem enfrentado dificuldades já que, para aprovação de créditos de mais de US\$ 10 milhões, seu mandato exige aprovação da maioria do Conselho, atualmente incompleto. Das cinco posições apenas duas estão ocupadas. Desde março, a ex-membro do Conselho do *Exim*, Patricia Loui-Schmicker, foi indicada pelo presidente Barack Obama para um segundo mandato na instituição. No entanto, a audiência para aprovação da indicada pelo Senado ainda não foi agenda pelo Comitê Bancário.

Relações Bilaterais

Brasil e EUA concluem acordos no âmbito do Diálogo Comercial e retomam Diálogo de Energia

Em novembro o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior do Brasil (MDIC) e o Departamento de Comércio dos Estados Unidos (DOC) assinaram um conjunto de acordos visando estimular o comércio bilateral após o fim de mais uma rodada de diálogos. Entre os acordos firmados, destaca-se o acordo entre o Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) e o Escritório de Patentes e Marcas dos Estados Unidos (USPTO) que estabelece um projeto de cooperação para exame de patentes, visando maior agilidade nos processos.

Também foram estabelecidos acordos de cooperação entre setores da indústria brasileira e instituições americanas para harmonização dos mecanismos de reconhecimento mútuo sobre padrões e normas técnicas. Os acordos também registram cooperação entre e Inmetro, Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) e a American National Standards Institute (ANSI) para harmonização de normas técnicas. Na área de facilitação de comércio, foram priorizadas questões como assinatura eletrônica, apoio a PMEs e troca de informações de comércio exterior.

No mesmo mês, o Ministério de Minas e Energia do Brasil e o Departamento de Energia dos Estados Unidos retomaram o diálogo nessa área, parado desde 2012. A reaproximação - prevista no Comunicado Conjunto entre os presidentes Barack Obama e Dilma Rousseff - inicia discussão para maior cooperação nas áreas de energia hidrelétrica e combustíveis renováveis.



CURTAS

Bill Gates pretende criar fundo bilionário de investimento em energia renovável

Bill Gates está liderando um projeto de cerca de dois bilhões de dólares para investimento em energia limpa. Junto ao grupo de vinte e seis investidores privados, dentre eles Mark Zuckerberg e Jeff Bezos, mais a Universidade da Califórnia, a iniciativa chamada [Breakthrough Energy Coalition](#) pretende colaborar com 20 países, os quais juntos somam 80% dos investimentos globais em pesquisa e desenvolvimento em energia limpa.

Brookings Institutions publica relatório sobre os principais temas que deverão desafiar o próximo presidente dos Estados Unidos

A Brookings Institutions destaca oito grandes questões que devem ser abordadas pelos candidatos à presidência americana. "[Eight Big Issues the 2016 Presidential Candidates Should Address](#)". O trabalho traz uma coletânea de oito artigos escritos há dez anos por um grupo de acadêmicos, o qual foi formado para chamar atenção para a necessidade de reduzir o déficit e a dívida do país. Nesta edição, os colaboradores do Brookings, Ron Haskins e Isabel Sawhill, decidiram expandir o projeto e adicionaram novas questões.